

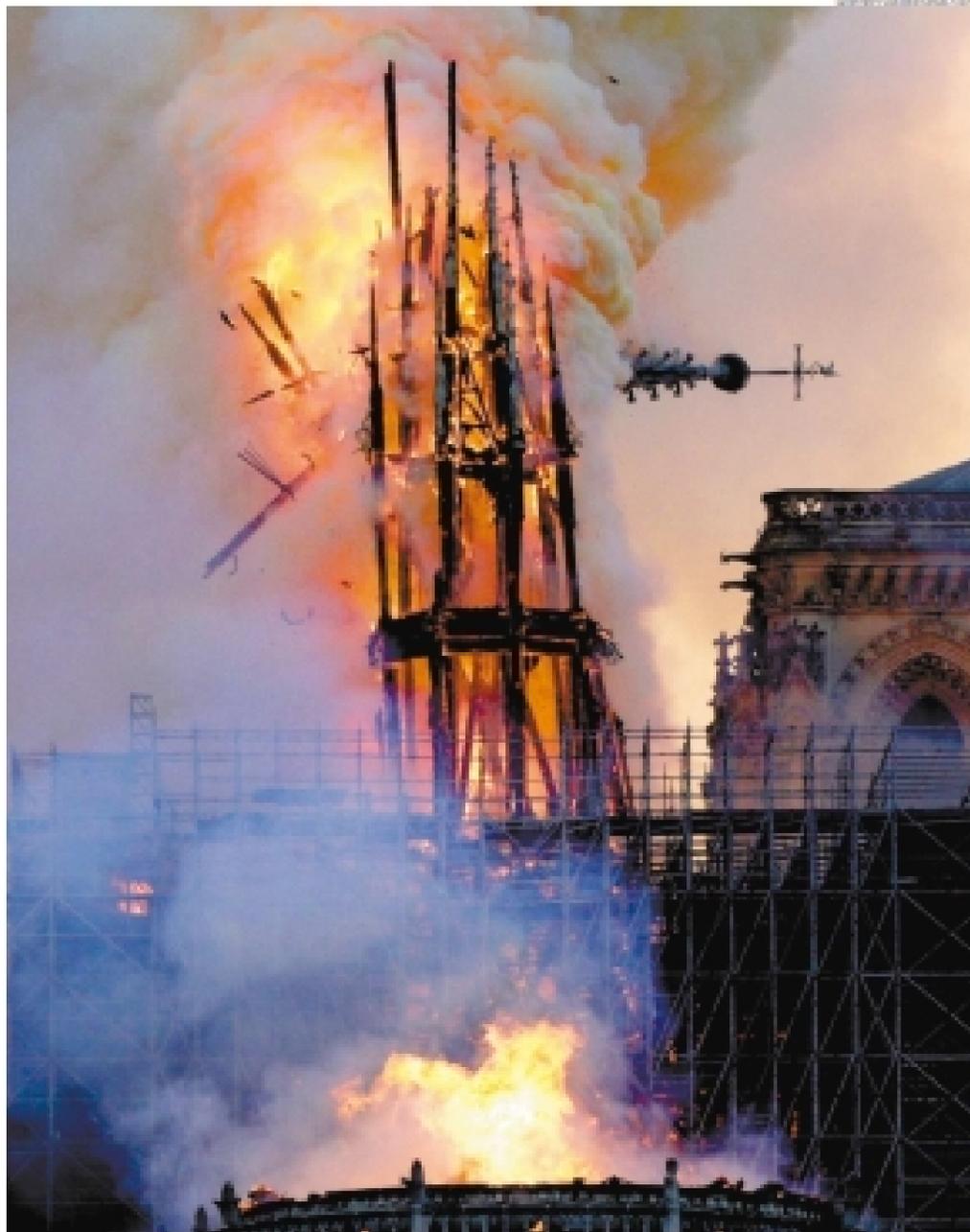


SANTOS-SP
TERÇA-FEIRA
16 DE ABRIL DE 2019
ANO 128 - Nº 43493
R\$ 1,50

A TRIBUNA

NOTRE-DAME EM CHAMAS

Paris, 15 de abril. Soldados de proteção em torno da tragédia. O silêncio paira. A imagem se refere a uma central elétrica sobre, em que todos os servos aparecem em um cenário indômito com que podemos fazer algo para evitar que ele parta, sentimento de impotência. O monumento do século 11 que realizou a Revolução Francesa, as duas pedras mandalãs, em 1870, se desfilou diante de centenas de câmeras de celulares, conta Diana Bonazzi, em sua entrevista na coluna de texto França.



Projeto veta álcool perto de faculdades

Foi aprovado em 1ª discussão, ontem, na Câmara de Santos

O assunto é polêmico. A Câmara de Santos aprovou ontem, em primeira discussão, o Projeto de Lei Complementar 35/2017, que proíbe a venda e distribuição de bebidas alcoólicas em comércio que estejam a menos de 40 metros de instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas. A proposta, do vereador Bruno Orlando (PSDB), prevê a proibição entre as 20 e as 8 horas.

Aeroporto: um ano para iniciar operações

O Aeroporto Civil Metropolitan de Guarujá deve começar a operar em, até, um ano. Hoje, o Ministério da Infraestrutura assinou o documento de outorga permitindo à Prefeitura iniciar a licitação que escolherá a empresa que fará os investimentos.

CCJ adia debate sobre a Previdência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou um pareceramento para iniciar a ordem de votação na sessão de ontem, privilegiando a análise do Orçamento Impositivo. Com isso, foi adiada a discussão da PEC da Previdência.

ARTIGOS

RAFAEL MOTTA

É preciso dar mais poder ao cidadão para fortalecer as cidades locais.

GAUDÊNCIO TORQUATO

É preciso uma reforma na Previdência... que já nasce vencida.

YANESSA CAMPOS

Como vamos fazer, entre outros, os costumes de uma época.



E MAIS

Segurança. A-5 (foto) Base da PM no Canal 2 será mesmo extinta

Rei do Futebol. C-1 Pelé tem alta após tratamento para retirar cálculo

Chocolates. A-7 Páscoa vem aí. Gastar até R\$ 100, tá bom?

Praia. A-4 Campanha quer liberar faixa de areia para cães

10 KM já têm 17,7 mil inscritos; prazo para adesão até amanhã

A dois dias do fim das inscrições para os 10 KM Tribuna PSI-Urúrus, a organização da prova já pode comemorar: na manhã de ontem, já registrava 17.700 inscritos. A corrida está marcada para o dia 19 de maio por ruas e avenidas de Santos.



GALERIA

Interação no foco da nova exposição Arte-Veículo. Chega hoje ao Sesc.

Bom dia

Depois irregular de longo período de distribuição, a seguinte situação:

Ministro do STF censura matéria que cita Toffoli

Salário mínimo para 2020 deve ser de R\$ 1.040

Tempo

Min. 21º Máx. 25º



Assinante

ASSINANTE



Campanha visa liberar trecho da praia a cães

Objetivo é ter uma faixa de areia aos cachorros

DA REDAÇÃO

Permitir um trecho na faixa de areia para que tutores e seus cães aproveitem a praia. É com essa proposta que o movimento *Vai Ter Cachorro na Praia* vem ganhando força em Santos. A ideia é delimitar uma área à beira-mar que possa ser frequentada pelos cães, já que, hoje, isso é proibido.

Segundo a Prefeitura de Santos, a Lei 3.531/1968 diz que qualquer cão só poderá andar nas vias públicas se levar focinheira e estiver em companhia de seu proprietário, respondendo este pelas perdas e danos que o animal porventura causar a terceiros.

Excetua-se, no entanto, "a faixa de areia da praia, na qual cães e gatos não poderão circular, mesmo que utilizando açaimo (fucinheira) e coleira, permitido apenas os que estiverem no colo de seus condutores", diz a legislação. No ano passado, 78 multas foram aplicadas a pessoas que descumpriram a regra.

E foi exatamente em uma situação como essa que Patrícia Camargo resolveu incentivar na Cidade a discussão sobre a delimitação de uma faixa na areia para os

PROIBIÇÃO

Lei Orgânica do Município, de 1968, proíbe animais na faixa de areia. Campanha *Vai Ter Cachorro na Praia* pretende mudar essa realidade.

cães. Patrícia conta que ela e o marido defendem a bandeira *pet friendly* divulgando eventos, locais e viagens para as pessoas irem com seus cães. "Por conta disso, fui chamada para fazer parte de um grupo, o *Vai ter Cachorro na Praia, Sim*".

O grupo reúne pessoas de todo o País. E, até então, Patrícia apenas acompanhava o trabalho em outros estados. "Mas um dia, às 7h30, estava andando na praia com meu marido, quando vi um carro da Guarda Municipal entrando na faixa de areia para multar uma senhora que estava com um cachorro". Patrícia resolveu, então, lutar pela causa e decidiu levar o debate para a internet. A repercussão, segundo ela, foi grande.

CONSCIENTIZAÇÃO

Ela explica que a ideia é ter uma área em que os



Mudança de status social dos cães, que antes eram guardas no quintal e hoje são membros da família, é inspiração de quem defende a ideia

tutores possam frequentar com seus cães. O espaço viria atrelado a um trabalho de conscientização e até do pleito do aumento do número de lixeiras no local. Conforme Patrícia, o assunto já foi levado a parlamentares para se debater um projeto de lei.

"Nós estamos discutindo isso na Câmara. Estamos pensando em cada detalhe desde a questão da saúde pública até os deveres dos tutores. Em Santos, temos

muitos moradores que têm cachorros e não temos na Cidade nenhum parque público, nenhum local adequado e seguro para curtir com os bichinhos. Em contrapartida, temos a praia que, na verdade, queríamos só uma faixa", detalhe Patrícia, que tem um casal de cães: Nina e Armandinho.

A advogada Karina Miqueleto Vidal Requejo também faz parte do grupo. Para ela, apesar de proibido, as praias são frequen-

tadas por cães. Por isso, regulamentar uma área delimitada resolveria duas questões: "a daqueles que querem levar seus cachorros e acabam infringindo a lei e daqueles que são contrários à livre circulação, já que tendo um espaço específico, quem não gosta, não vai".

Karina chama atenção para a mudança social e salienta que se os cães antes eram guardas no quintal, hoje, muitos são mem-

bro da família. "Então, a maioria dos tutores é mais consciente em relação à saúde e prevenção de doenças dos cães", diz Karina, argumentando que isso diminuiria as chances de possíveis contaminações. "Muitas das doenças hoje adquiridas por pessoas que frequentam as praias não estão relacionadas aos dejetos dos animais, mas com o lixo produzido pelos humanos".



Base comunitária do Campo Grande (à esq.) fica em imóvel alugado por R\$ 6,2 mil mensais. Polícia diz à comunidade (acima) que unidade móvel será mais abrangente

PM confirma fim de base fixa, mas fará encontros

Data da extinção da unidade comunitária do Canal 2 será debatida com a comunidade

SHEILA ALMEIDA
DA REDAÇÃO

A base comunitária da Polícia Militar do Campo Grande, na Avenida Bernardino de Campos, 440 (Canal 2), em Santos, não tem data para ser fechada. Mas não vai demorar.

Após reunião com moradores, comerciantes e outros interessados, ontem, o major da PM César Augusto Sampaio Terra, comandante do 6º Batalhão de Policiamento Militar do Interior (6º BPM/I), disse que a data dependerá de mais reuniões com a comunidade. Os encontros serão às quartas-feiras, às 10 horas, na base.

Antes, a promessa era de entregar o imóvel em um mês. Ele é alugado por R\$ 6,2 mil mensais, pagos pela Prefeitura.

Nas reuniões de quarta

e, em data a combinar, na Unidade Municipal de Ensino (UME) Barão do Rio Branco, a PM quer definir com a população os pontos onde estacionará a nova base móvel da PM.

Também levando em conta as estatísticas de criminalidade, a polícia substituirá o imóvel alugado "para que a gente consiga uma ostensividade maior", segundo o comandante.

Em 1h30 de discussão, cerca de 15 pessoas demonstraram insatisfação com a saída da base. Primeiro, por alegar insegurança. Depois, pela perda da proximidade com a polícia e da biblioteca pública e de outros programas sociais.

O capitão da PM Antônio Marcos da Conceição, comandante da 5ª Companhia, apresentou números de produtividade policial

para mostrar que não é necessária uma base fixa. Explicou que a decisão foi de cunho operacional.

"Hoje, estamos fazendo tudo o que podemos. O serviço administrativo não diminuiu. A gente está tentando, ao máximo, colocar o policial na rua para a população não sentir a falta de policiamento. Essa questão de trocar ferramenta fixa (por móvel) vai otimizar o recurso", informou.

COBRANÇA

A vereadora Audrey Kleys (PP), que organizou o encontro, resumiu o sentimento dos participantes.

"Vocês deveriam ter mais policiais, mais viaturas. Não deveríamos estar perdendo esta base. Deveríamos ter outra base móvel com esta aqui, fixa. Enquanto isso, vamos perdendo.

Aí, o capitão da PM tem que fazer gestão porque o Governo do Estado fica na economia. A culpa não é sua, capitão. O senhor ainda está fazendo de um modo que a gente não consiga sentir o prejuízo", falou.

O major declarou que, mesmo com a perda da unidade fixa, a segurança não será reduzida.

"Aumenta a segurança. Há uma ostensividade maior, porque a base não fica estática num mesmo local", falou, apontando para a rua e dizendo que, pelo vidro, a polícia só vê três prédios do outro lado da rua. "Expliquei que, no horário da saída da escola, a base poderá ir para lá e apoiar. A comunidade vai verificar os pontos de interesse para definir os locais de estacionamento da base com a gente."

MUDANÇAS

BRANDY REBAS - 12/4/19



O fim da base comunitária não será a única mudança. Após ser desativada, os profissionais que não atuarem na ronda vão para a 5ª Companhia, que hoje funciona na Avenida Senador Pinheiro Machado, 910 (Canal 1), no Marapé. Lá, o contrato de locação acaba em junho. O endereço passará a ser o antigo colégio Braz Cubas (foto), na Rua Heitor Penteadó, 62, no mesmo bairro. O local está em reforma e deve receber a Cia. Verão Permanente, ou seja, como há espaço, passará a receber a 5ª Companhia e ser dormitório para os policiais da Operação Verão a partir da próxima temporada.

Projeto impede venda de álcool perto de universidades

Proposta foi aprovada na Câmara em primeira discussão e passará por nova votação

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

A Câmara de Santos aprovou ontem, em primeira discussão, o Projeto de Lei Complementar 35/2017, que proíbe a venda e distribuição de bebidas alcoólicas em comércios que estejam a menos de 40 metros de instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas. A proposta, do vereador Bruno Orlandi (PSDB), prevê a proibição entre 20 e 8 horas. O projeto ainda passará por segunda votação e, se aprovado, seguirá para sanção do prefeito.

A propositura recebeu parecer contrário da Comissão Permanente de Justiça, Redação e Legislação Participativa (CJRLP) porque seria inconstitucional, mas os vereadores rejeitaram o posicionamento e seguiram com a votação. Resultado: 13 votos favoráveis, quatro contra e duas abstenções.

Foram sugeridas três emendas que devem ser acrescentadas no documento para a segunda discussão. Uma delas, da vereadora Audrey Kleys (Progressistas), inclui que a proibição não se



Objetivo do projeto é evitar aglomerações no entorno das instituições

SINDICATO

Para o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Baixada Santista (SinHoRes) ao invés de proibir a venda de bebidas alcoólicas, a Prefeitura deveria aumentar a fiscalização de consumo de menores de idade. “Mais uma vez, a categoria sofre com regulamentações que punem somente os estabelecimentos”, diz o sindicato.

aplica nos finais de semana e feriados. As outras duas, dos vereadores Fabrício Cardoso (PSB) e Sérgio Santana (PR), têm textos semelhantes: a lei não se aplicará se o estabelecimento possuir área interna para consumo dos clientes.

A vereadora Telma de Souza (PT), que votou contra a proposta, ressaltou a falta de discussão e sugeriu

uma audiência pública. “Temos que votar da melhor maneira, mas sem discussão é impossível”.

O vereador Benedito Furtado (PSB) criticou os parlamentares que derrubaram o parecer da CJRLP. “O projeto é inconstitucional, não tem base legal para seguir. Sou teimoso, já que derrubaram o parecer, agora voto a favor”.

JUSTIFICATIVA

Bruno Orlandi acredita que o projeto é constitucional e afirma que não quer prejudicar os donos dos estabelecimentos, mas evitar aglomerações em volta de universidades.

“Queremos garantir o direito daquele cidadão que quer chegar na sua casa, do estudante que quer ir à sala de aula. Imagina o aluno na sexta-feira, às 21 horas, com aula, e aquelas 300 pessoas consumindo álcool, gritando, ouvindo música alta”.

Ele lembra que o seu projeto inicial só falava em bares e foi modificado. “Podemos acertar isso para que fique específico para esses locais”.



CONTRA PUNTO

Por Carlos Rattón e colaboradores



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Inclusão. A inclusão na rede municipal de educação e as propostas de alteração para a UME Maria Carmelita Proost Villaça são assuntos que serão discutidos hoje, às 18h30, na Câmara de Santos, em audiência pública da vereadora Audrey Kleys (Progressistas). Recentemente, notícias sobre mudanças na escola Carmelita preocuparam mães de alunos. Neste encontro, representantes da Secretaria de Educação vão apresentar todas as propostas para a unidade. "São explicações importantes para que as famílias acompanhem as decisões e saibam qual a ideia da Seduc para a escola", afirma a vereadora. De forma geral, além das questões ligadas ao Carmelita, serão tratados também outros pontos relacionados com a inclusão e o acompanhamento de alunos com necessidades especiais dentro das salas de aula.

Tem que provar. Por unanimidade de votos, o plenário da Câmara de Guarujá aprovou o Projeto de Lei 46/2019, de autoria do Executivo, que altera, acrescenta e revoga dispositivos da lei que dispõe sobre os conselhos tutelares. Agora, os conselheiros deverão ter comprovação de conclusão de Ensino Médio, além de reconhecida experiência na área de promoção, proteção e atendimento dos direitos da criança e do adolescente há, no mínimo, dois anos.

Crédito. Os vereadores de Guarujá também aprovaram o projeto de lei 056/2019, de autoria do prefeito Válder Suman (PSB), que autoriza contratação de operação de crédito, de R\$ 60 milhões, com a Caixa Econômica Federal, por meio do Programa Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (Finisa). O objetivo, segundo o prefeito, é garantir recursos para realização de obras de infraestrutura urbana, especialmente no que se refere ao transporte público e acessibilidade, em diversos bairros do Município.

Fogos. Ainda em Guarujá, foi aprovado o projeto de lei 013/2019, de autoria do vereador Pastor Sargento Marcos (PSB), que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifícios, que produzam ruídos, assim como de qualquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro. O parlamentar argumenta que a proibição visa o bem estar de idosos, doentes, bebês, crianças e animais que sofrem com os estouros e estampidos. "Quem possui animais é testemunha do terror que esses fogos representam a eles. Muita gente, inclusive, passa as datas festivas em casa para minimizar esse estresse em seus bichos". Propostas semelhantes já tramitaram na Câmara do vereador Bispo Mauro (PRB) e do vereador Carlos Eduardo Vargas (PSB), que também dispunha sobre a proibição da queima de fogos de artifícios barulhentos.



VEREADORA. Audrey Kleys e Kenny Mendes vão tentar obter orçamento do Estado para reativar o imóvel até 2020

Reativação da Escola Acácio é descartada

» Ao que tudo indica, o estado de abandono da Escola Estadual Acácio de Paula Leite Sampaio - localizada na Rua Sete de Setembro, 11, na Vila Nova, em Santos - que virou denúncia no Ministério Público Estadual (MPE) e tema de debate, na Câmara de Santos, deve permanecer por um bom tempo.

Segundo a vereadora Audrey Kleys (Progressistas), responsável pela audiência sobre a questão, o representante do Centro Paula Souza informou que está prevista a ampliação de vagas para escolas técnicas da região, mas que não será na Acácio por falta de recursos.

"Não aceitamos a resposta e insistiremos na reativação do prédio. Uma das propos-

A escola é tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos. Ela foi repassada ao Estado em 2013

tas sugeridas foi a instalação de uma escola técnica de artes no local.

O deputado estadual Kenny Mendes (Progressistas), que também é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia na Assembleia, vai le-

var a proposta ao governo do Estado e solicitar orçamento para 2020", informou Audrey, por sua assessoria.

Segundo a vereadora, existe a proposta de levar cursos técnicos para escolas em bairros mais distantes como o Jardim São Manoel.

A Acácio é tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos. Ela foi repassada da Prefeitura ao Estado em 2013. Havia a expectativa da instalação de uma escola técnica desde 2017.

"Desde o início do mandato cobro a reativação desta escola tão importante para a educação da nossa região", completa a parlamentar, que promete continuar lutando por uma destinação melhor



NAR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Em recente audiência, representante do Centro Paula Souza que escola não está nos planos

ao imóvel.

Audrey lembra de um investimento de R\$ 8 milhões para as obras de restauração e adequação do prédio e a licitação deveria acontecer no primeiro semestre do ano passado, com prazo de entrega para 2020. "Infelizmente, as cobranças não foram atendidas", finaliza.

MP.

Vale lembrar que uma denún-

cia foi feita pelo munícipe Osman Saraiva de Andrade Filho, que pede a instauração de inquérito civil para investigar a situação. Para Osman de Andrade, é público e notório em o estado de abandono na qual se encontra o imóvel, importante unidade de ensino e de relevância histórica, inaugurada em 1967.

"Quem passa pelo local pode constatar o estado deprimente da antiga esco-

la, com vidraças quebradas, mato alto, fezes e muito lixo na sua entrada principal, uma verdadeira cena de tristeza, principalmente para professores e alunos que por ali passaram", afirma o munícipe, que é ex-aluno.

Segundo o munícipe, a deterioração progressiva está causando prejuízo patrimonial e ao erário, sendo necessária uma utilidade específica para a unidade. **(Carlos Rattton)**

Balsa: lei dos 20 minutos deve ser regulamentada

» Foi sancionada, na última sexta-feira (12), a Lei Municipal 4.622, originária do Projeto de Lei 012/2019, do vereador Edilson Dias (PT), que limita, em 20 minutos, o tempo máximo de espera na fila da travessia de balsas entre Guarujá e Santos, sob pena de multa à empresa responsável pelo serviço.

O prefeito Valter Suman (PSB) tem prazo de 90 dias para regulamentar a medida, de modo a definir como será realizada a fiscalização e aplicada as sanções previstas na nova lei.

Esse trabalho deverá ser feito com o apoio do Procon e da Diretoria Municipal de Trânsito (Ditran).

CÓDIGO DE DEFESA.

Amparada no Código de Defesa do Consumidor (CDC), a Lei Municipal 4.622 é fruto de um trabalho conjunto entre vereadores de Guarujá e

Santos.

BANHA.

Na cidade vizinha, proposta semelhante foi apresentada pelo vereador Antônio Carlos Banha Joaquim (MDB) e está em trâmite nas comissões do legislativo. O objetivo é abranger todo o sistema operado pela Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa).

As duas propostas fixam como tempo máximo de espera na fila da balsa o período de 20 (vinte) minutos, a contar dos locais de acesso presentes. Fica excluído, contudo, o tempo gasto no trajeto percorrido pela embarcação, durante a travessia.

Caso o usuário do serviço demore mais de 20 minutos para embarcar, poderá realizar o registro desse atraso com as autoridades de trânsito presentes, seja em Guarujá, seja em Santos.



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Prefeitura fará análise interna para verificar cumprimento do regramento de 20 minutos de esperana fila do lado de Guarujá

A concessionária infratora fica sujeita a multa de cem vezes o valor da tarifa, ou à obrigatoriedade de isentar o usuário do pagamento da tarifa.

As penalidades, entretanto, não serão aplicadas por motivos de trânsito marítimo intenso; acidentes e outros eventuais casos de força maior, desde que devidamente comprovados com registros na autoridade competente e, sobretudo, informados aos usuários.

A situação das travessias vem causando muitos transtornos aos usuários das duas cidades, que chegam a perder compromissos e até comprometer o emprego por conta dos constantes problemas mecânicos das embarcações. A Prefeitura de Guarujá informa que a lei em vigor será objeto de análise interna, de modo a verificar os trâmites e medidas necessárias para o seu cumprimento. (DL)